

# A Assistência À Saúde Mental De Surdos Como Ferramenta De Inclusão: Uma Mini Revisão De Literatura

Emily Carolina Assis Oliveira<sup>1</sup>; Giovana Suassuna Fontes<sup>1</sup>; Isadora Silva Leão<sup>1</sup>; Thalysson de Souza Rangel<sup>1</sup>; Vitor Ramos Dayrell Pereira<sup>1</sup>; Henrique Poletti Zani<sup>2</sup>

1. Discente do curso de Medicina do Centro Universitário UniEVANGÉLICA.

2. Docente curso de Medicina do Centro Universitário UniEVANGÉLICA.

**RESUMO:** A falta de comunicação entre indivíduos surdos e profissionais de saúde é um fator preocupante no que tange a assistência à saúde mental dessas pessoas. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) indicam um exponencial crescimento entre a associação surdez-depressão, especialmente devido aos empecilhos comunicativos que se estabelecem. Para isso, é objetivo desta mini revisão avaliar a inclusão da assistência à saúde mental às pessoas surdas. A metodologia utilizada foi pesquisa nas bases de dados LILACS, MEDLINE e Google Acadêmico e, para essa busca, foram usados os seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): surdez, pessoas com deficiência auditiva, transtornos mentais, saúde mental, assistência à saúde mental e serviços de saúde mental. Os resultados encontrados se referem a dados dos Estados Unidos e do Brasil e foram agrupados em um quadro (Quadro I) de modo a facilitar a realização da análise crítica, sendo este composto pelos seguintes componentes: I. Dados do Periódico; II. Nome do artigo (Título); III. Síntese da Metodologia; IV. Objetivo Geral; e V. Resultado. Por meio deste estudo foi possível perceber as baixas taxas de profissionais de saúde capacitados para prestação de suporte ao surdo, a dificuldade de comunicação entre os envolvidos e a falta de organização dos serviços de saúde no atendimento ao surdo, o que corroborou na classificação do Brasil como um país não inclusivo na assistência mental ao surdo. A revisão evidenciou que há necessidade da execução de políticas públicas pautadas na capacitação profissional na competência de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), na aquisição de tecnologias digitais e na contratação de intérpretes hábeis no estabelecimento de uma comunicação adequada, para, assim, garantir uma inclusão efetiva deste público, conforme estabelecido no art. 196, da Constituição Federal de 1988.

## Palavras-chave:

Surdez.  
Pessoas com deficiência auditiva.  
Transtornos mentais.  
Saúde mental.  
Assistência à saúde mental.

## INTRODUÇÃO

O conceito de surdez passou por diversas mudanças nas últimas décadas. O surdo não é mais visto como alguém cuja deficiência precisa ser eliminada ou curada, mas sim como alguém com uma singularidade que deve ser respeitada (CHAVEIRO, 2014). Para tanto, a Lei Federal nº 10.436/02 estabelece a LIBRAS como meio legal de comunicação, e dispõe sobre a importância do ensino desse idioma nos cursos voltados para a área educacional. Contudo, o indivíduo surdo encontra resistência por parte de pais e familiares para o aprendizado do idioma, dificultando sua socialização (COSTA, 2020).

O homem é um ser social, e, portanto, é possível inferir que as interações culturais estão intimamente ligadas ao seu desenvolvimento, sendo a linguagem um fator de extrema importância para o estabelecimento de um intercâmbio social (COSTA, 2020). Dessa forma, crescer em um ambiente com capacidades de comunicação reduzidas tem impacto direto nas outras áreas do desenvolvimento humano, como o desenvolvimento de habilidades metacognitivas e na capacidade de reconhecer emoções (BISOL, SPERB; 2010).

Dados da OMS de 2018 mostram que, nos próximos anos, a associação entre surdez e depressão pode aumentar de forma exponencial no mundo. Além disso, os indivíduos surdos enfrentam diversas situações estressantes no seu cotidiano – impostas pela dificuldade de comunicação – que contribuem para o aumento do transtorno de ansiedade. Assim, destaca-se a necessidade de profissionais de saúde capacitados para o atendimento a essa população (COSTA, 2020).

Esta revisão tem por objetivo geral verificar se a assistência à saúde mental é inclusiva a pessoas surdas, e, por objetivos específicos, verificar o conhecimento da LIBRAS entre os profissionais de saúde; e analisar as dificuldades enfrentadas por pessoas surdas no processo pela busca por atendimento à saúde mental.

## METODOLOGIA

Este estudo se trata de uma mini revisão integrativa, que objetiva responder ao questionamento: “A assistência à saúde mental dos indivíduos surdos é inclusiva?”. Sendo assim, para que se obtivesse resultados rigorosamente certificados, foram adotadas as seis etapas propostas por Mendes, Silveira e Galvão (2008): 1. formulação da hipótese da pesquisa; 2. busca na literatura e estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão; 3. categorização dos estudos; 4. análise e avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa; 5. interpretação dos resultados; e 6. apresentação da revisão.

A busca por artigos foi realizada entre os dias 22 a 30 de setembro de 2020 por meio de consultas às seguintes bases virtuais de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências de Saúde (LILACS), Sistema On-line de Busca e Análise de Literatura Médica (MEDLINE) e Google Acadêmico. Os DeCS utilizados foram: surdez, pessoas com deficiência auditiva, transtornos mentais, saúde mental, assistência à saúde mental e serviços de saúde mental.

Os critérios de inclusão foram: i) cientificidade e originalidade validada de seus conteúdos; ii) eixo temático, que deveria ser voltado para a discussão relacionada ao tema de surdez e seu diálogo com a assistência à saúde; iii) o período de publicação, sendo assim respectivo aos anos de 2000 a 2020; e iv) a disponibilidade da publicação em formato portátil de documento (.pdf) dos periódicos indexados na língua inglesa ou portuguesa. Quanto aos critérios de exclusão, foram utilizados: i) ser um estudo secundário; e ii) não responder à pergunta norteadora.

Os artigos selecionados foram lidos integralmente pela equipe de pesquisa e, por intermédio de uma análise crítica, foi realizada uma comparação entre os dados obtidos pelos artigos e identificado os seus pontos de consonância e dissonância, de maneira a compreender as suas similaridades e implicações nos aspectos socioeconômicos – uma vez que os dados variam entre pesquisas feitas em um país desenvolvido (Estados Unidos) e em um país em desenvolvimento (Brasil). Com isso, foi possível a formulação de uma tese que responda à pergunta norteadora.

## RESULTADOS

Em se tratando dos resultados, a combinação dos supracitados fatores inclusivos e exclusivos resultou na seleção de 5 (cinco) obras e na exclusão de 18 (dezoito) artigos. Os 5 (cinco) artigos científicos selecionados foram agrupados em forma de quadro (Quadro I) de modo a facilitar a realização do processo de análise crítica e inter-relação de seus dados. Nesse mesmo sentido, os componentes integrantes do quadro supramencionado são os seguintes: I. Dados do Periódico; II. Nome do artigo (Título); III. Síntese da Metodologia; IV. Objetivo Geral; e V. Resultados.

Quadro I. Síntese dos cinco artigos científicos estudados.				
Periódico	Título do artigo	Metodologia	Objetivo Geral	Resultados
<i>Journal of Social Work in Disability &amp; Rehabilitation.</i>	<i>Availability of Mental Health Services for Individuals Who Are Deaf or Deaf-Blind.</i>	Questionário.	Verificar se existem políticas ou procedimentos para fornecer serviço de saúde mental para pessoas surdo-cegas e surdas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ 43,2% das Agências Estaduais de Saúde Mental possuíam procedimentos específicos ou políticas em vigor para fornecer serviços de saúde mental a pessoas surdas;</li> <li>○ 76,7% destas agências tinham terapeutas fluentes em <i>American Sign Language (ASL)</i>;</li> <li>○ 68,2% tinham planos para fornecer intérpretes.</li> <li>○ 15,9% dessas instituições possuem procedimentos ou políticas de prestação de serviços especializadas para população surdo-cega.</li> </ul>

Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação.	Suicídio e Surdez: A Saúde Mental Não Acessível.	Questionário online.	Fornecer dados quantitativos que levem à reflexão e, consequentemente, à indução de novas pesquisas sobre o comportamento e sobre o pensamento suicida entre pessoas surdas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>○100% dos entrevistados usam LIBRAS;</li> <li>○158 entrevistados já pensaram em suicídio;</li> <li>○67 relatos de como foi a tentativa suicida.</li> </ul>
<i>Social Work in Public Health.</i>	<i>Behavioral Health Providers for Persons Who Are Deaf, Deafblind, or Hard-of-Hearing: A National Survey of the Structural and Process Domains of Care.</i>	Questionário.	Pesquisar sobre os prestadores de serviços de saúde mental a deficientes auditivos, com o propósito de coletar informações sobre suas práticas e pessoas atendidas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>○A maior parte das clínicas com atendimento para a população surda possuíam um programa a parte. Dessas, a grande maioria possuía pelo menos 1 psiquiatra na equipe;</li> <li>○Alguns segmentos possuíam até 100% dos profissionais falantes da ASL.</li> </ul>
<i>BMC Geriatrics.</i>	<i>Hearing loss and use of health services: a population-based cross-sectional study among Finnish older adults.</i>	Entrevista.	Investigar a associação da perda auditiva e autorrelato de dificuldade auditiva com a utilização de serviços de saúde e necessidades de saúde não atendidas em idosos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>○Pessoas com perda auditiva eram mais propensas a ter usado serviços de saúde mental do que aqueles com audição sem deficiência;</li> <li>○A dificuldade auditiva autorreferida também foi associada à maior chance de uso de serviços de saúde mental;</li> <li>○A audição não se associou à utilização dos demais serviços de saúde estudados, exceto a realização de teste auditivo;</li> <li>○Pessoas com dificuldade auditiva autorrelatada foram mais propensas a perceber necessidades de saúde não atendidas do que aquelas sem dificuldade auditiva.</li> </ul>
<i>Journal of the American Geriatric Society.</i>	<i>Hearing loss and satisfaction with healthcare: An</i>	Questionário.	Avaliar a qualidade do atendimento de saúde recebido por pessoas surdas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>○178 (72%) relataram estar muito satisfeitos;</li> <li>○55 (22%) relataram estar um pouco satisfeitos;</li> </ul>

	<i>unexplored relationship.</i>			<ul style="list-style-type: none"> <li>○ 8 (3%) relataram estar um tanto insatisfeitos;</li> <li>○ 7 (3%) relataram estar muito insatisfeitos.</li> </ul>
--	---------------------------------	--	--	---

Tratando-se da revisão propriamente dita, as pesquisas referidas nos Estados Unidos da América apontaram para uma relativa divergência no preparo das instituições de saúde mental (Agências Estaduais de Saúde Mental) quanto ao atendimento de indivíduos surdos: somente 43,2% destas agências possuíam, de fato, procedimentos e políticas específicas vigentes para o atendimento dessa população. Além disso, 84,1% das instituições nem mesmo diferenciavam o atendimento entre indivíduos surdos e cegos-surdos – populações distintas em suas condições e, conseqüentemente, em suas necessidades (MCDONNAL et al., 2017). No entanto, mesmo que haja, em meio às instituições de saúde mental, um certo despreparo na formulação de mecanismos operacionalizadores de inclusão para a população surda, há um ponto crucial que torna possível a inclusão desta população nos serviços de saúde mental, ponto esse interpretativamente identificado como a somatória entre a alta taxa de profissionais de saúde fluentes em American Sign Language (ASL) – 76,7% das agências estaduais possuíam terapeutas fluentes nesta língua e, nas clínicas especializadas em atendimentos a essa população, quase 100% dos profissionais eram também fluentes em ASL (MCDONNAL et al, 2017; NOLAN et al, 2015).

Ainda assim, o estudo de Reed (2019), feito no condado de Washington, observou que a maioria (72%) dos participantes relatou estar satisfeita com a assistência médica nos últimos 12 meses. Dos entrevistados, apenas 15 reportaram estar pouco satisfeitos ou completamente insatisfeitos. Foi levantado, ainda, a existência de uma interação significativa ( $P = 0,033$ ) entre perda auditiva e idade, de modo que quanto maior a idade, maior a chance de estar menos satisfeito que o ideal com o atendimento. Por exemplo, comparando-se um participante de 75 anos e outro de 85 anos, para cada aumento de 10 dB na perda auditiva de ambos, a chance de estar menos que o idealmente satisfeito foi 1,41 vezes maior no participante de 85 anos de idade (1,33 intervalo de confiança [IC] de 95% = 0,96-1,83 vs 0,94 IC 95% = 0,74-1,20) (REED, 2019).

Em contrapartida, no Brasil, pode-se deduzir que não só existe uma precária operacionalização de procedimentos e políticas voltadas à inclusão da população surda nos serviços de saúde mental, como também há uma escassez de profissionais fluentes na LIBRAS e de equipes especializadas, como os Tradutores Intérpretes de Línguas de Sinais (TILS). Isso se reflete nos dados apresentados por Anchieta, em que em uma população entrevistada de 189 indivíduos surdos, todos usuários de LIBRAS, aproximadamente 83,6% já pensaram em atentar contra a sua própria vida – dentre os quais 40% não fazem nenhum tipo de acompanhamento à saúde mental – e 43% já tentaram o suicídio. É possível observar, assim, tanto

uma resistência do público-alvo na busca pelos serviços de saúde mental – muito possivelmente por barreiras de comunicação – quanto a ineficácia das instituições de apoio ao divulgarem os seus serviços e incluírem a população surda em seu processo (ANCHIETA, 2020).

## DISCUSSÃO

A partir da comparação multinacional realizada entre os Estados Unidos da América (EUA) e o Brasil, pode-se averiguar uma consistente discrepância entre as taxas de capacitação dos profissionais de saúde para o atendimento voltado à saúde mental de indivíduos surdos. Tal fato é causado provavelmente pelas suas diferenças socioeconômicas e culturais, logo, é possível inferir que o Brasil, quando comparado com os países desenvolvidos, tais como os EUA, apresenta baixas taxas de profissionais de saúde capacitados para a prestação de suporte aos surdos, sendo essa capacitação medida de acordo com a quantidade de especialistas fluentes na linguagem de sinais local e, conseqüentemente, capazes de estabelecerem uma comunicação adequada e menos frustrante, permitindo a inclusão dessa população em meio as práticas de saúde (MCDONNAL et al, 2017; NOLAN et al, 2015; ANCHIETA, 2020; RE-ED, 2019).

Nesse sentido, em um estudo efetivado (NOBREGA; MUNGUBA; PONTES, 2017), verificou-se que a dificuldade de comunicação supracitada – entre os profissionais de saúde e os pacientes surdos – pode comprometer diretamente o cuidado, haja vista que essa dificuldade mútua de entendimento configura uma falha no atendimento humanizado e inclusivo do surdo, o que corrobora mais uma vez na classificação do Brasil como um país não inclusivo para o atendimento da população surda. Também é válido destacar que esse mesmo estudo conclui que os serviços de saúde ainda não se organizaram para atender as necessidades da pessoa surda, o que, principalmente nos casos dos serviços de saúde mental, pode ocasionar sentimentos diversos nos pacientes, dentre os quais a angústia, o medo e a insegurança, que podem ser agravantes para a própria condição mental desse público. Isso ocorre também porque os indivíduos que procuram a assistência já se encontram com um certo grau de instabilidade emocional.

Ademais, Santos e Shiratori (2004), ressaltam em seu estudo – realizado com onze surdos entrevistados, dos quais 90% afirmaram que nunca foram orientados sobre quaisquer questões de saúde por tais profissionais – que a maioria dos profissionais de saúde não conhece a língua de sinais e que, nos serviços de saúde, não há intérpretes disponíveis. Assim, ao relacionar essas informações ao estudo de Miranda, Schubert e Machado (2014) - o qual afirma que a falta de capacitação do profissional alinhada à sua dificuldade de comunicação com o surdo são grandes imposições para se incluir a população surda no sistema de saúde - pode-se verificar novamente a dificuldade em incluir os surdos nos serviços de saúde no Brasil. Tendo esses achados em mente, é evidente a necessidade de se concentrar mais atenção na saúde mental dos surdos, pois eles se apresentam mais vulneráveis aos problemas de saúde mental do que outras populações (KVAM; LOEB; TAMBS, 2007).



Em relação ao acesso dos deficientes auditivos aos serviços de saúde mental, Pollard (1996) traz dados relacionados ao atendimento clínico, e, em sua maior parte, o atendimento ambulatorial de cuidados mentais, demonstrando uma grande variação, com procura significativamente inferior dos deficientes auditivos a esse serviço. Além disso, foi evidenciado que a proporção de transtornos mentais em surdos foi semelhante ao encontrado em pacientes sem essa deficiência. Com efeito, alguns diagnósticos, como transtornos de ansiedade, foram relativamente maiores nos pacientes com problemas auditivos. Sendo assim, destaca-se a importância da acessibilidade dos surdos ao sistema de saúde mental, uma vez que eles são tão propensos a desenvolver transtornos mentais quanto a população em geral. Logo, o estudo realizado por Norlan, et al (2015) traz dados que vão ao encontro dos evidenciados por Pollard (1996), mostrando que a concentração de 40% das empresas prestadoras de serviço de saúde mental à comunidade surda em apenas 4 (quatro) estados americanos é um fator que corrobora para a impossibilidade de acesso a esse serviço.

## CONCLUSÃO

Com a realização do presente estudo, obteve-se dados que apontam para uma relação direta entre a capacitação linguística dos profissionais de saúde, bem como a existência de protocolos especiais de recepção e atendimento nas instituições de saúde, e a possibilidade de inclusão da população surda em meio aos serviços de saúde, em destaque aos de saúde mental. Nesse sentido, pôde-se verificar que o Brasil, por ser um país em que se predomina o despreparo dos profissionais de saúde no atendimento aos surdos, o que se justifica por meio das altas taxas de profissionais não-fluentes em LIBRAS e da predominante ausência de intérpretes nas instituições de saúde, falha em incluir adequadamente a população surda em meio aos serviços de saúde, desse modo, permitindo que a resposta para a pergunta norteadora seja a seguinte: a assistência à saúde mental dos surdos mostra-se pouco inclusiva no Brasil. Desse modo, é evidente a urgência de se reverter o quadro de desigualdade destacado acima, haja vista se constituir como uma violação do direito fundamental à saúde previsto pelo artigo 196, da Constituição Federal de 1988. Assim sendo, devem ser efetivadas políticas públicas pautadas na capacitação profissional na competência de LIBRAS, na aquisição de tecnologias digitais e na contratação de intérpretes hábeis no estabelecimento de uma comunicação adequada na relação entre os profissionais e os pacientes surdos, garantindo, assim, a inclusão efetiva deste público nos serviços de saúde.

## REFERÊNCIAS

ANCHIETA, E.V. B. Suicídio e surdez: a saúde mental não acessível. Revista Ibero-Americana de Humanidades, **Ciências e Educação**, Criciúma, v. 6, n. 6, 2020.

BISOL, C.; SPERB, T.M. Discursos sobre a Surdez: Deficiência, Diferença, Singularidade e Construção de Sentido. **Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília**, v. 26, n. 1, p. 7-13, 2010.

- CHAVEIRO, N.; et al. Qualidade de vida dos surdos que se comunicam pela língua de sinais: revisão integrativa. **Interface**, Botucatu, v. 18, n. 48, p. 101-114, 2014.
- COSTA, J.S.; et al. Exclusão social da pessoa surda: possíveis impactos psicológicos. **Revista Psicologia e Saberes**, v. 09, n. 19, 2020.
- GUTMAN, V. Ethical Reasoning and Mental Health Services with Deaf Clients. **Journal of Deaf Studies and Deaf Education**, v. 10, n. 2, p. 171–183, 2005.
- KVAM, M.H.; LOEB, M.; TAMBS, K. Mental Health in Deaf Adults: symptoms of anxiety and depression among hearing and deaf individuals. **Journal Of Deaf Studies And Deaf Education**, v. 12, n. 1, p. 1-7, 2006.
- L10436. Planalto.gov.br. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm)>. Acesso em: 9 Nov. 2020.
- MCDONNALL, M.C.; et al. Availability of Mental Health Services for Individuals Who Are Deaf or Deaf-blind. **J Soc Work Disabil Rehabil**, p. 1–13, 2017.
- MIKKOLA, T.M.; et al. Hearing loss and use of health services: a population-based cross-sectional study among finnish older adults. **BMC Geriatrics**, v. 16, n. 1, 2016.
- MIRANDA, R.S.; SHUBERT, C.O.; MACHADO, W.C.A. Communication with people with hearing disabilities: an integrative review. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental On-line**, v. 6, n. 4, p. 1695-1706, 2014.
- NÓBREGA, J.D.; MUNGUBA, M.C.; PONTES, R.J.S. Atenção à saúde e surdez: desafios para implantação da rede de cuidados à pessoa com deficiência. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 30, n. 3, p. 1-10, 2017.
- POLLARD, R.Q. Public Mental Health Service and Diagnostic Trends Regarding Individuals Who are Deaf or Hard of Hearing. **Springer Publishing Company**, Nova Iorque, v. 39, n. 03, p. 147-160, 1994.
- REED, N.S.; et al. Hearing loss and satisfaction with healthcare: An unexplored relationship. **Journal of the American Geriatrics Society**, v. 67, n. 3, p. 624–626, 04 dez. 2018.
- SANTOS, É.M.; SHIRATORI, K. As necessidades de saúde no mundo do silêncio: um diálogo com os surdos. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 06, n. 01, p.68-76, 2004.